



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

ff
Barral

--- ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

--- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Vila do Porto, na sede da junta de freguesia de Santa Bárbara, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 5ª sessão ordinária de 30/11/2022, no âmbito da Lei dos Compromissos; -----
2. Indicação dos representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Análise Técnica do Orçamento Participativo de Vila do Porto; -----
3. Apreciação e aprovação da classificação do Forte de São João Batista como imóvel de interesse municipal; -----
4. Apreciação e aprovação da classificação da Fábrica da Baleia no lugar do Castelo da Maia; -----
5. Aprovação da integração do saldo da conta de gerência do ano anterior; -----
6. Aprovação da primeira revisão do orçamento e das grandes opções do plano de atividades da Câmara Municipal de Vila do Porto do ano financeiro de dois mil e vinte e três; -----
7. Apreciação e aprovação da primeira alteração do mapa de pessoal. -----

--- O presidente da mesa da assembleia deu início à sessão procedendo-se à chamada, pelo primeiro secretário da mesa, confirmando-se as presenças dos deputados/as municipais, João Manuel Andrade Fontes (PS), Carlos Henrique Lopes Rodrigues (PPD/PSD), José de Andrade Melo (PS), Florbela Varandas Cunha (PPD/PSD) (em substituição da deputada Aida Maria Melo Amaral (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Rosa Filomena Cabral de Melo (PS), Ricardo Filipe Santos Melo (PS), António Manuel Soares Sousa (PPD/PSD) (em substituição do deputado Carlos Afonso Simões Braga de Oliveira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

7/12
Barnes

(PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Jaime Braga Bairos (PS), Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa (PPD/PSD), Cristina Elisabete Batista Bairos Gonçalves, Filipe dos Santos Sousa Teves (PS), Armando de Melo Soares (PPD/PSD), José Manuel Pereira Torres de Medeiros Chaves (PS), João Filipe Lourenço da Silva (PPD/PSD), Flávio José Freitas Resendes (PS), António Isidro Braga Sousa (PS), António Jorge Cabral Monteiro (PS), Carmélia Moura Sousa Melo (PPD/PSD), Eduardo Manuel Pereira Cambraia (PPD/PSD), e de Bárbara Chaves, Domingos Barbosa e Graça Morais, do elenco camarário. Não este presente o senhor Manuel Lisboa, em substituição da deputada Helena Maria Correia Teixeira Ferreira (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada. -----

--- Confirmando-se a existência de quórum e em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 30º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o presidente da mesa declarou aberta a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e três, publicitada por edital de nove do corrente ano. -----

--- De seguida entrou-se no período de intervenção do público, mas como não se registaram inscrições, passou-se de imediato ao período antes da ordem do dia, onde o presidente da mesa colocou à consideração a aprovação da ata da sessão anterior, apesar de ter sido aprovada a minuta da mesma na própria reunião, para produzir efeitos imediatos. Para o efeito foi aberto um período de inscrições para solicitar esclarecimentos ou apresentação de sugestões relativamente ao documento em apreço, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a ata foi sujeita à aprovação, sendo a mesma aprovada por maioria, com dezassete votos a favor e duas abstenções. -----

--- De seguida o presidente da assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e expedida, salientando a receção de uma carta da família do falecido José Humberto Chaves, a agradecer o voto de pesar aprovado na assembleia municipal, os ofícios da presidente da autarquia de Vila do Porto, a enviar toda a documentação de suporte aos assuntos da ordem do dia da sessão e a receção dos mails dos/as deputados/as a comunicar a sua ausência. Relembrou ainda os presentes que toda a documentação está disponível para consulta junto à funcionária Anabela Sousa, na Câmara Municipal de Vila do Porto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

JP
Bairos

--- Passando-se ao momento de propostas de recomendação ou resolução de assuntos de interesse para a autarquia, apresentação de moções, emissão de votos de louvor e congratulação, protesto ou pesar, o presidente da assembleia informou que não tinha recebido quaisquer propostas de recomendação ou resolução ou votos de louvor e congratulação, protesto ou pesar, por isso passou-se de imediato ao momento de tratamento de assuntos de interesse autárquico, onde se inscreveram os/as deputados/as Armando Soares, Carmélia Melo, Jaime Bairos, Rosa Melo, José de Melo, Florbela Cunha e João Silva. -----

---- Dada a palavra ao deputado Armando Soares, este questionou o executivo camarário sobre a situação da Casa de Manuel Freitas em São Pedro, bem como os motivos dos sanitários de São Pedro se encontrarem fechados. Solicitou ainda esclarecimentos sobre o ponto de situação das obras do caminho velho do cais, dos concursos de exploração dos bares/restaurantes do Anjos e da Praia e da exploração do parque de campismo e alertou para serem tomadas medidas de conservação da sineira que existe junto à ermida dos Anjos, pois corre-se o risco de se perder irremediavelmente esse património histórico.

--- Após tomar a palavra a presidente da autarquia referiu que no que concerne à casa do senhor Manuel Freitas, em S. Pedro, esta não está disponível para ser visitada, pela dificuldade de se alocar, neste momento, um funcionário para o efeito, e que a autarquia está a tentar estabelecer uma parceria com uma entidade de S. Pedro no sentido do referido espaço ser mais bem aproveitado. Esclareceu ainda a presidente da autarquia que os sanitários de S. Pedro, bem como a sineira dos Anjos não são da responsabilidade da câmara municipal, mas que irá interceder junto às entidades competentes para que as situações sejam resolvidas. Por fim elucidou que a obra do caminho velho do cais sofreu algum atraso, provocado pela demora do envio de parecer por parte da Direção Regional da Cultura, mas a mesma está já em fase de concurso público, tendo as propostas de ser entregues até ao dia dois de março do corrente, com previsão da conclusão da obra até ao final do ano e que já tinha decorrido os concursos para a exploração dos bares/restaurantes dos Anjos e da Praia, estando em fase de análise das propostas pelos júris dos referidos concursos e quanto ao parque de campismo existe um contrato em período de vigência, com quem está a explorar o espaço. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- Pediu para intervir o deputado municipal António Monteiro para clarificar que nos sanitários de S. Pedro existe um espaço aberto ao público e que já teve uma reunião com o arquiteto da câmara municipal para se estudar uma solução que permita melhorar as condições existentes, caso contrário sugere a sua demolição, pois os sanitários atuais não garantem condições de higiene e de privacidade. -----

--- Na sequência desta intervenção solicitou a palavra o deputado Armando Soares para solicitar que ficasse registado que o senhor António Monteiro, na qualidade de presidente da junta de S. Pedro, teve uma reunião com o arquiteto da autarquia para esse fim e lamenta que o referido senhor não tenha manifestado o seu desagrado relativamente aos supracitados sanitários, em sessões anteriores da assembleia municipal. -----

--- Foi dada de seguida a palavra à deputada Carmélia Melo, que questionou sobre a manutenção do moinho de vento da Carreira e sobre o ponto de situação da casa das Covas. Sugeriu ainda que deveria ser realizada uma intervenção nas casas de banho públicas de Almagreira e que o executivo deverá responder de modo mais célere aos ofícios que são enviados à autarquia. -----

--- Ao tomar a palavra a presidente da autarquia respondeu que irá proceder-se a uma intervenção no moinho de vento da Carreira de modo a poder ser visitado e que as obras na casa das Covas, sendo realizadas por administração direta, sofreram atrasos pois não existem recursos suficientes, ao nível de pedreiros, para corresponder a todas as situações, dando-se prioridade às situações que urgem ser resolvidas, mas que, na casa das Covas, pretende-se recuperar os tanques da ribeira e tornar o espaço o mais típico e aprazível possível, com estacionamento para uma ou duas viaturas, para que o mesmo seja visitável e que quanto à intervenção nas casa de banho públicas de Almagreira, será um assunto a resolver oportunamente. -----

---- Dada a palavra ao deputado Jaime Bairos este solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação atual da estratégia local de habitação, nomeadamente do programa primeiro direito, quais as aquisições já realizadas e quais as previstas concretizar, se os beneficiários já estão devidamente identificados, quais as dificuldades encontradas no terreno na execução do plano e se existe a necessidade de se alterar a estratégia inicialmente prevista. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

JP
Bandeira

--- Ao tomar a palavra a presidente da autarquia esclareceu que o plano prevê abranger oitenta e cinco beneficiários diretos, a construção de dez novas casas e a aquisição de vinte e três casas para reparação, e clarificou que a maior dificuldade na execução do plano é encontrar habitações no mercado, que cumpram com os requisitos exigidos. Informou ainda que até ao momento já foram adquiridas duas habitações para reabilitar e já foram submetidas dezanove candidaturas para a recuperação de habitações e que existem mais candidaturas a decorrer para serem submetidas, mas que o processo administrativo é muito exigente e burocrático. Clarificou ainda a presidente da autarquia que dificilmente existirá no mercado imobiliário mariense vinte e três habitações que correspondam aos requisitos e parâmetros do PRR, por isso no final do ano terá de se fazer a reavaliação do plano inicialmente previsto, negociando-se com o Governo da República, se necessário, novos critérios para a estratégia local de habitação. -----

--- Pediu para intervir o deputado Carlos Rodrigues para recordar que a empresa que elaborou o plano da estratégia local de habitação para Santa Maria foi a mesma que elaborou planos similares em outros concelhos da região, por isso, se nos outros concelhos não existem os problemas elencados, então não se pode imputar responsabilidades nem as falhas que estão a acontecer a quem delineou esse plano, e que foram as juntas de freguesia que indicaram os possíveis beneficiários. -----

--- Dada a palavra à presidente da autarquia esta retorqui afirmando que, quando assumiu a gestão da autarquia, deparou-se que a informação dos beneficiários estava codificada, com exceção da junta de freguesia de Santo Espírito, por isso houve a necessidade de recomeçar todo o processo e que a referida empresa está a acompanhar a implementação da estratégia delineada. -----

--- O deputado municipal Eduardo Cambraia solicitou uma intervenção e após tomar a palavra referiu que, se já existe a preocupação do plano não correr como o previsto, pela dificuldade de aquisição de habitações, então não se deveria esperar até ao final do ano para renegociar os critérios, ao que a presidente da autarquia respondeu que a equipa já está a elaborar o processo de renegociação da estratégia local de habitação, mas que se deve esgotar todas as possibilidades de aquisição de habitações e de terrenos para a construção de novas habitações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- Dada a palavra à deputada municipal Rosa Melo, esta solicitou esclarecimentos sobre as obras que estão a decorrer na casa de velório, ao que a presidente da autarquia respondeu que a obra da construção da casa está concluída, estando agora a decorrer os trabalhos dos arranjos exteriores e bem como uma ligação entre a casa velório e o cemitério, trabalhos esses assegurados por mão de obra do município. Disse ainda que está a decorrer a consulta a empresas para a aquisição do mobiliário para a referida casa e que ainda será necessário fazer uma intervenção para a ventilação dos espaços, situação essa não contemplada na empreitada inicial. -----

--- De seguida tomou a palavra o deputado José de Melo que começou por sugerir que a autarquia deveria adquirir uma casa típica mariense, na freguesia de Santa Bárbara, para remodelar e servir como ponto turístico na freguesia, capitalizando assim a atratividade da freguesia e solicitou esclarecimentos sobre os investimentos realizados no complexo desportivo. Deu ainda os parabéns à autarquia por ter dado início aos trabalhos de recuperação no edifício principal do município, nos Paços do Concelho, e apresentou a proposta da elaboração de uma rota dos cereais, com a casa das Covas como centro interpretativo, bem como a reabilitação de outras infraestruturas relacionadas com os cereais, nomeadamente o moinho de vento da carreira, dando-lhe a necessária rentabilidade turística. -----

--- Em resposta a senhora presidente disse que foram adquiridos uma nova unidade de UTA e um aspirador para o complexo desportivo e que se pretende investir na sustentabilidade energética desse espaço. Informou ainda que estão a requalificar o telhado e a cantaria dos arcos do piso superior, no edifício dos paços do concelho e que acolhe com agrado as sugestões do deputado José de Melo, relativas a aquisição de uma casa típica mariense e a elaboração de uma rota dos cereais. -----

---- Dada a palavra à deputada Florbela Cunha, esta questionou que obras estão previstas para a escola do Aeroporto, tendo em consideração que o atual edifício apresenta muitas infiltrações e sugeriu ainda a substituição de toda a vedação da referida escola, ao que a presidente da autarquia respondeu que estão a ser realizados investimentos em todas as escolas para a impermeabilização dos edifícios e que o gradeamento da escola do Aeroporto será substituído na totalidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Handwritten signature and initials in blue ink.

--- Dada a palavra ao deputado João Silva, este solicitou esclarecimentos sobre a falta de manutenção do caminho da Almagrinha, na freguesia de Santo Espírito, para quando a revisão da carta escolar de Santa Maria e, tendo em conta que a autarquia adquiriu uma digitalizadora, se pode existir uma parceria com a biblioteca pública de Ponta Delgada, no sentido dos documentos que dizem respeito à história da nossa ilha serem digitalizados e disponibilizados para consulta, ao que a presidente da autarquia respondeu que a manutenção do caminho de Almagrinha é da alçada da junta de freguesia de Santo Espírito, que a carta escolar de Santa Maria está a ser revista pela equipa do PDM e que, como existe regulamentação sobre o arquivo documental, tem dúvidas que biblioteca pública de Ponta Delgada autorize o envio de documentos para Santa Maria para estes serem digitalizados. -----

--- Pediu para intervir o deputado António Isidro Sousa para clarificar a situação do caminho de Almagrinha, justificando o atraso de trabalhos de manutenção nesse caminho com as dificuldades com que se confronta, desde que é presidente da junta da referida freguesia, na manutenção dos caminhos, pelo seu excessivo número e extensão dos mesmos, com os poucos recursos de que a junta dispõe, situação essa já denunciada, por várias vezes, em assembleias anteriores. -----

--- Como não se verificaram mais inscrições, o presidente da mesa deu por encerrado o período antes da ordem de dia e sugeriu a interrupção dos trabalhos por um período de quinze minutos, sugestão essa, aceite por unanimidade. -----

--- Retomou-se os trabalhos passando-se de imediato para o período da ordem do dia, cujos assuntos em edital foram lidos pelo secretário da mesa, José Chaves, bem como o parecer da comissão da análise prévia, que junto se anexa a esta ata. -----

--- No ponto um da ordem de trabalhos, informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 5ª sessão ordinária de 30/11/2022, no âmbito da Lei dos Compromissos, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que não tinha nada a acrescentar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento, no qual se inscreveram os deputados Eduardo Cambraia, José de Melo e Armando Soares. ---
- Dada a palavra ao deputado Eduardo Cambraia este sugeriu a retificação do indexante aos apoios sociais, referido na página dez do documento enviado, sugestão essa, aceite pela presidente da autarquia. -----
- Ao tomar a palavra o deputado José de Melo, este enalteceu o apoio dado às escolas, tanto em material escolar como em equipamentos, as obras realizadas no CAMAC e a qualidade e quantidade dos projetos apresentados no âmbito do orçamento. -----
- O deputado Armando Soares ao tomar a palavra apresentou a sugestão da construção, pela autarquia, de um espaço para se colocar “os animais de companhia” depois de falecerem, tipo “cemitério para animais”, ao que a presidente da autarquia respondeu que regista a sugestão para oportunamente se estudar a viabilidade da construção sugerida, mas que a legislação atual refere que é da responsabilidade do proprietário o encaminhamento dado aos animais falecidos. -----
- Como não se verificaram mais inscrições, passou-se de imediato ao segundo ponto da ordem de trabalhos, indicação dos representantes da assembleia municipal na Comissão de Análise Técnica do Orçamento Participativo de Vila do Porto, sendo aprovado por unanimidade a indicação dos deputados Filipe Teves e João Silva, como membros efetivos e dos/as deputados/as Ricardo Melo e Aida Amaral como membros suplentes. -----
- Passou-se de seguida ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação da classificação do Forte de São João Batista como imóvel de interesse municipal, onde foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. -----
- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento, onde se inscreveram os deputados José de Melo e João Silva. ao tomar a palavra o deputado José de Melo começou por enaltecer a deliberação do executivo camarário na aprovação da classificação do Forte de São João Baptista, na Praia Formosa, e da Fábrica da Baleia, localizada no lugar do Castelo, na Maia, como imóveis de interesse municipal, pois era um almejo de longa data do grupo municipal do Partido Socialista, tendo em consideração que o mesmo já tinha sido apresentado, por várias vezes no anterior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

JP
Banc.

mandato pelo referido grupo municipal e aprovado em assembleia municipal, mas que nessa altura não se tinha dado a respetiva relevância e enquadramento, para possibilitar a recuperação desses imóveis. O deputado João Silva questionou se iriam realizar um muro de suporte junto ao forte de São João Batista ao que a senhora presidente da autarquia explicou que a construção desse muro é da competência do Governo Regional.

--- Como não se verificaram mais inscrições, a classificação do Forte de São João Batista como imóvel de interesse municipal foi submetida à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- No ponto quatro da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação da classificação da Fábrica da Baleia, no lugar do Castelo da Maia, como imóvel de interesse municipal, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que não tinha nada a acrescentar. -----

--- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a classificação da Fábrica da Baleia, no lugar do Castelo da Maia, como imóvel de interesse municipal, foi sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- Passou-se de imediato ao quinto ponto da ordem de trabalhos, aprovação da integração do saldo da conta de gerência do ano anterior, onde foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que não tinha nada a acrescentar. -----

--- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a proposta apresentada foi sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- No ponto seis da ordem de trabalhos, aprovação da primeira revisão do orçamento e das grandes opções do plano de atividades da Câmara Municipal de Vila do Porto, do ano financeiro de dois mil e vinte três, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta ao tomar a palavra esclareceu de forma sucinta os documentos em apreço, destacando os investimentos na recolha de resíduos, no saneamento básico e águas, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Handwritten signature and initials in blue ink.

recuperação do espaço da fábrica da baleia, no lugar do Castelo da Maia e na reabilitação da rede viária. -----

--- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimentos, no qual se inscreveram os deputados Carlos Rodrigues, Eduardo Cambraia, José de Melo e João Silva. -----

--- Ao tomar a palavra o deputado Carlos Rodrigues questionou a proveniência da receita no valor de um milhão e seiscentos mil euros, ao que foi respondido que é uma estimativa de receita no âmbito do PO 2020 e do primeiro direito. -----

--- Pediu novamente a palavra o deputado Carlos Rodrigues para comunicar que o grupo municipal do PSD irá votar contra os documentos apresentados. -----

--- Ao tomar a palavra o deputado Eduardo Cambraia referiu que os documentos apresentados deveriam ser mais específicos nos investimentos a realizar, dando como exemplo que apenas é referido que irão investir meio milhão de euros na reabilitação viária, mas que não é clarificado em quais estradas é que irá ser realizado esse investimento, ao que a presidente da autarquia respondeu que tinha sido uma opção do executivo camarário apresentar os documentos dessa forma. Disse ainda o deputado que é de toda a justiça, para com as juntas de freguesia do concelho, que seja reposto o diferencial no valor das verbas atribuídas no ano transato, no âmbito das delegações de competências, e que seja feita nova revisão orçamental neste ano, para respeitar o que está legalmente previsto, relativo à taxa de inflação verificada, ao que a presidente da autarquia esclareceu que as verbas a atribuir terão de respeitar a legislação vigente. ----

--- Ao tomar a palavra o deputado José de Melo começou por mostrar regozijo pelo fato de se verificar reforço financeiro para investimentos em áreas cruciais de intervenção do município, como sendo a proteção civil, a água, a recuperação das escolas do primeiro ciclo, os fundos de emergência, a recolha de resíduos e saneamento básico, a cultura e o desporto, a reabilitação da rede viária, consignada com uma verba substancial, comparativamente com o que está previsto ser investido por parte de governo regional e que se denota uma intenção de um maior aproveitamento dos fundos comunitários. Em sequência a presidente da autarquia informou que a região corre o risco de devolver fundos comunitários que não foram executados, por isso é de todo o interesse aproveitar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

ao máximo os fundos comunitários ainda disponíveis, e é nesse pressuposto que está a fazer-se um esforço para apresentar candidaturas. -----

--- Dada a palavra ao deputado João Silva este questionou se a verba de dezassete mil euros era suficiente para dar resposta às manutenções das cinco escolas do primeiro ciclo ao que a senhora presidente clarificou que a verba cabimentada será a adequada para responder as necessidades mais urgentes diagnosticadas. -----

---- Como não se verificaram mais inscrições, foram os documentos em apreço sujeitos à votação, sendo os mesmos aprovados por maioria, com oito votos contra e onze votos a favor. -----

--- No último ponto da ordem de trabalhos, apreciação e aprovação da primeira alteração do mapa de pessoal, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta apresentou de forma sucinta a alteração do mapa de pessoal. -----

--- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento, mas não se verificaram quaisquer inscrições, a proposta foi colocada à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Eram treze horas quando o presidente da mesa deu por encerrada a sessão. -----

--- Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, José Manuel Torres Medeiros de Chaves, primeiro secretário da mesa a redigi, após ter sido a mesma discutida pelos intervenientes foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada por mim e pelos membros da mesa de assembleia. -----






